



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



Novas periferias: entre a insurgência de cidadãos e o processo de fragmentação socioespacial

Nuevas periferias: entre la insurgencia de los
ciudadanos y el proceso de fragmentación
socioespacial

*Viviane Fernanda de Oliveira¹, FCT UNESP – Presidente
Prudente, vfdeoliveira@gmail.com*

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia - FCT UNESP – Presidente Prudente.

RESUMO

Nesse texto, analisamos os desdobramentos da Política Habitacional do “Programa Minha Casa Minha Vida”, materializados no cotidiano dos moradores de empreendimentos faixa 1, implantados nas periferias de Presidente Prudente e São Carlos, duas cidades paulistas com distintas posições hierárquicas na rede urbana. A partir de diferentes fontes empíricas, como entrevistas, observações de campo e análise de grupos de moradores em páginas do *Facebook*, o objetivo é discutir as novas e velhas necessidades dos moradores desses conjuntos habitacionais, suas práticas socioespaciais, bem como desdobramentos em relação à consciência de direitos e a produção do espaço urbano. As soluções adotadas para superar os problemas cotidianos, ora mais individuais, ora mais coletivas, são destacadas no texto e entendidas ora como indicadoras da insurgência de novos cidadãos (HOLSTON, 2013), ora como integrantes do processo de fragmentação socioespacial.

Palavras Chave: Programa Minha Casa Minha Vida, *Facebook*, insurgência de cidadãos, processo de fragmentação socioespacial.

RESUMEN

En este texto, se analizan los despliegues de la Política de Vivienda del “Programa Minha Casa Minha Vida”, materializados en la vida cotidiana de los residentes de emprendimientos de seguimientos 1, implantados en las periferias de Presidente Prudente y São Carlos, dos ciudades situadas en diferentes posiciones jerárquicas en la red urbana. A partir de diferentes fuentes empíricas, tales como entrevistas, observaciones de campo y el análisis de los grupos de residentes en las páginas de *Facebook*, el objetivo es discutir las viejas y nuevas necesidades de los residentes de estos conjuntos habitacionales, sus prácticas y desarrollos socio-espaciales en relación con la conciencia de los derechos y la producción del espacio urbano. Las soluciones adoptadas para superar los problemas cotidianos, a veces más individuales, a veces más colectivos, se ponen de relieve en el texto y entendidos tanto como indicadores de la insurgencia de los nuevos ciudadanos (HOLSTON, 2013), tanto como miembros de proceso de fragmentación socioespacial.

Palabras Clave: Programa Minha Casa Minha Vida, *Facebook*, insurgencia de los ciudadanos, processo de fragmentación socioespacial.

INTRODUÇÃO

Os espaços urbanos são caracterizados pela dinâmica de seus processos que envolvem diferentes agentes produtores e consumidores em diferentes períodos históricos, assim, “o espaço urbano de uma cidade é produzido e é fruto de trabalho social” (VILLAÇA, 2001, p.72).

Nos últimos anos, no Brasil, ocorreu um processo de diminuição das diferenças de renda, ao qual alguns autores interpretaram como a ascensão de uma “nova classe média” (POCHMANN, 2012; NERI, 2011), enquanto outros demonstraram que se trata da formação de uma “nova classe trabalhadora” (SOUZA, 2012). No entanto, embora as disparidades na renda tenham apresentado decréscimo, observamos que, no plano socioespacial, as desigualdades continuaram a se ampliar, visto que se intensificou a produção de conjuntos habitacionais em áreas distantes da malha urbana compactada, segmentadas de acordo com a faixa de renda e, por vezes, separadas por muros.

Em vigor desde 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida, que teve sua terceira fase lançada em 30 de março de 2016², subsidiou unidades habitacionais a partir do crédito e da redução de juros do financiamento, com o objetivo duplo de impactar na economia e diminuir o déficit habitacional (CARDOSO e ARAGÃO, 2013).

O PMCMV foi direcionado a 3 faixas de renda mensal, com formatos e taxas diferentes, de acordo com a renda comprovada pelo candidato, até R\$ 1.800,00 (faixa 1), até R\$ 3.600,00 (faixa 2)³ e até R\$ 6.500,00 (faixa 3)⁴, sendo que as famílias que recebiam até R\$ 1.800,00 de renda bruta podiam (através de cadastro na prefeitura municipal e pré análise) adquirir uma residência pelo programa, pagando 5% da renda bruta familiar, em até 120 meses. Isso representou uma grande oportunidade para milhões de brasileiros, visto que o *déficit* habitacional nessa faixa de renda, até 2009, era de 90,9% para quem recebe até 3 salários mínimos; 6,7% para quem recebe de 3 a 6 salários mínimos; 2,4% para quem recebe de 6 a 10 salários mínimos (HIRATA, 2009).

Decorrente da importância do tema, várias pesquisas, em diferentes áreas, vêm sendo realizadas para analisar a dimensão e os desdobramentos de tal programa. Com pesquisa de doutorado que está em andamento, pretendemos contribuir com o debate sobre tais desdobramentos, tomando como fundamentações teóricas principais, as contribuições de Alicia Lindón e James Holston. Para Lindón (2005) “a casa não é qualquer espaço, é um espaço

² Essa nova fase, lançada em meio ao processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff no Congresso Nacional, pretendia entregar 2 milhões de unidades habitacionais até 2018, com a criação da faixa 1,5, para famílias que ganham até R\$2.350,00, com o intuito de atender a uma parcela da população que enfrentava dificuldades para acessar o programa pelos critérios anteriores: renda pouco superior ao máximo permitido na faixa 1, com dificuldades para encontrar imóveis da faixa 2 compatíveis com a capacidade de financiamento. Após a presidência da república ser assumida por Michel Temer, as obras foram paralisadas. De acordo com o atual ministro das Cidades, Bruno Araújo, novas contratações da faixa 1 só serão abertas quando todas as obras paralisadas forem concluídas, o que só deve acontecer em 2017. Informações retiradas de: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2016/03/minha-casa-minha-vida-chega-a-3a-fase-com-2-milhoes-de-novas-moradias-ate-2018>, <http://g1.globo.com/especial-publicitario/zap/imoveis/noticia/2016/06/minha-casa-minha-vida-deixa-de-atender-familias-de-baixa-renda.html>, <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/politica/noticia/2016/08/faixa-1-do-minha-casa-minha-vida-so-sera-retomada-apos-conclusao-de-obras-paralisadas-7243758.html>, consultado em novembro de 2016.

³ A faixa 2 subsidiou até R\$ 27,5 mil na unidade habitacional, com 5,5% a 7% de juros ao ano.

⁴ A faixa 3 possibilitou o financiamento com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com taxas de juros de até 8,16% ao ano, inferiores às praticadas pelo mercado imobiliário.

íntimo de alto conteúdo simbólico, condensador de sentidos, mas também é um espaço básico que situa o ser humano de uma maneira particular no mundo”⁵, assim atentamos para as relações, tanto subjetivas, quanto objetivas, que seus novos moradores passaram a estabelecer com a cidade, depois da aquisição da casa própria. A importância da casa própria vem sendo pesquisada sob diversos enfoques: econômico, social, espacial, histórico. Isso porque ela agrega diferentes significados e valores, visto que é um bem com valor de uso (serve para dar abrigo, fixação) e também um valor de troca (é uma mercadoria). Além disso, possui um componente simbólico e também é um investimento, quer seja como um bem de consumo, ou uma poupança não financeira e ainda uma herança transmissível (BOURDIEU, 2000). Na concepção de Lindón (2005):

a casa representa o ponto de referência básico no qual o sujeito constrói sua relação com o entorno, [...] mas também é o ponto de referência com relação ao que está mais além do bairro, a cidade [...] ainda em situações difíceis as pessoas mobilizam seus recursos e economias para preservá-lo⁶.

Analisando o processo de “insurgência da cidadania democrática” nas periferias urbanas do Brasil, especialmente da capital paulista, Holston (2013, p.27) valoriza a dimensão política da aquisição da casa própria, ponderando que seus moradores, ao construir e equipar suas casas, “assumiram as identidades sem precedentes de produtores e consumidores da vida urbana”, além disso, “a nova subjetividade das classes trabalhadoras como produtoras e consumidoras da vida urbana respaldou a exigência de novos direitos: direitos de contribuir à cidade”. O autor propõe uma tese original sobre o que chama de “cidadania urbana” (HOLSTON, 2013, p.49), ou seja, quando a “moradia urbana é a base da mobilização” e como desdobramento dessa tese, chega a identificar um deslocamento da “luta de classes” para a “luta pela cidade”, como eixo principal do processo a partir do qual, as classes trabalhadoras foram reconhecidas como cidadãs no Brasil. Ele considera que na eleição de 2002,

Lula representava esse Brasil dos trabalhadores exatamente por vir de periferias “autoconstruídas” [...] Em outras palavras, Lula representava não apenas a autoformação individual de uma São Paulo imigrante e industriosa. Ele exemplifica também as experiências coletivas de formação de periferias urbanas e de uma cidadania decorrente em todo o Brasil. (HOLSTON, 2013, p.25)

Em função de sua própria experiência, Lula enfatizou desde o início da carreira política, a importância do consumo para as classes trabalhadoras, em sua relação direta com “o projeto de construção e montagem de uma casa própria no qual o trabalhador pobre tem se empenhado desde a década de 1960” (HOLSTON, 2013, p.26).

Com base nessas proposições, questionamos se esses conteúdos políticos identificados por Holston (2013) no processo de produção das periferias urbanas paulistanas, sobretudo nos anos 1960 - 70, também estariam presentes entre os novos moradores dos conjuntos habitacionais

5 Tradução nossa de: “la casa no es cualquier espacio, es un espacio íntimo de alto contenido simbólico, condensador de sentidos, pero también es un espacio básico que ubica al ser humano de una manera particular en el mundo”. Retirado de: LINDÓN, 2005 [sem numeração de página]. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-20.htm>, acessado em 08/09/2014.

6 Tradução nossa de: “La casa representa el punto de referencia básico desde el cual el sujeto construye su relación con el entorno, [...] pero también es el punto de referencia con relación a lo que está más allá del barrio, la ciudad... [...] aun en situaciones difíciles las personas movilizan sus recursos y defensas para preservarlo”. Retirado de: LINDÓN, 2005 [sem numeração de página]. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-20.htm>, acessado em 08/09/2014.

entregues nos últimos anos nas periferias de cidades médias como Presidente Prudente e São Carlos. Levando-se em conta as relações necessárias entre tempo e espaço, atentamos para as mudanças ocorridas desde os anos 1960, e para as diferenças entre as periferias metropolitanas pesquisadas por Holston e as periferias de Presidente Prudente e São Carlos, duas cidades paulistas com distintas posições hierárquicas na rede urbana⁷.

Em uma concepção geral, a casa própria continua a representar uma segurança financeira, visto que ao possuí-la, os cidadãos estão livres daquilo que costumam considerar como problema: o aluguel. Além disso, devido à popularização e maior acessibilidade dos meios de transporte individuais, em particular os carros e motos, *a priori*, a residência em periferias distantes nem sempre acarreta grandes preocupações a quem está tendo a oportunidade de adquiri-la, gerando assim diferentes graus de capacidade de consumo e apropriação do e no espaço urbano.

Nesse texto, analisamos os desdobramentos da Política Habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida, materializados no cotidiano dos moradores de conjuntos residenciais (faixa 1) implantados nas periferias de Presidente Prudente e São Carlos - SP, contribuindo assim para a compreensão das mudanças, não apenas dessas periferias, mas dessas duas cidades médias paulistas. Em Presidente Prudente, foi escolhido o Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto⁸, entregue em setembro de 2015, com 2.343 unidades habitacionais. Em São Carlos foram escolhidos três⁹: o Residencial Planalto Verde, entregue em outubro de 2015, com 806 unidades habitacionais; o Residencial Eduardo Abdelnur, entregue em abril de 2016, com 986 unidades habitacionais e ainda o Residencial Deputado José Zavaglia, entregue em setembro de 2011, num total de 1.000 unidades habitacionais.

Nas duas cidades pesquisadas, a produção do espaço urbano, assim como em outras cidades brasileiras, vem ocorrendo em descontinuidade, com a implantação de espaços residenciais populares abertos e fechados, mas também de espaços residenciais fechados de classe média e elite, em áreas distantes da malha urbana compactada. Esse processo, além de provocar o encarecimento da vida urbana, devido à distância dos principais equipamentos e infraestruturas, impõe o uso de veículos automotivos como principal meio de deslocamento. A extensão do tecido

7 Presidente Prudente está localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo, na Região Administrativa de Presidente Prudente e, de acordo com os dados do Censo do IBGE do ano de 2010, possui uma população total de 207.625 habitantes. São Carlos está localizada na Região Administrativa Central do Estado de São Paulo e, de acordo com os dados do Censo do IBGE de 2010, possui um total de 221.950 habitantes. Numa análise preliminar, Presidente Prudente é entendida como cidade média, por concentrar os papéis e funções na rede urbana, visto que tem como característica possuir um tamanho maior do que as que estão ao seu redor, além da distância de outras cidades de mesmo porte que, somados todos esses elementos, fazem com que concentre papéis e funções urbanas, diferentemente do que ocorre em São Carlos que, embora exerça importantes papéis e funções urbanas, sua proximidade de outras aglomerações, como Araraquara e até mesmo da capital, relativiza sua importância na rede urbana, pois divide esses papéis com outras cidades, sem concentrá-los. Sposito e Góes (2013, p.36) caracterizam essa diferença entre os papéis na rede urbana de cada uma dessas cidades: "É notória a maior centralidade interurbana de Presidente Prudente, única cidade no Sudoeste paulista, num raio de ao menos 150 km, a oferecer bens e serviços em níveis suficientes para polarizar 57 cidades de menor tamanho populacional e de menor complexidade funcional. Na posição de menor centralidade interurbana está São Carlos, cuja localização muito próxima de outras cidades de porte semelhante ou maior (Araraquara, Americana, Rio Claro, Limeira e Ribeirão Preto) reduz sua capacidade de polarização".

8 Localizado na periferia norte de Presidente Prudente, em continuidade a outros três conjuntos habitacionais faixa 1, financiados pelo PMCMV: o Residencial Tapajós, Residencial Bela Vista I e Residencial Cremonesi.

9 Estes três conjuntos habitacionais financiados pelo PMCMV (faixa 1) localizam-se na periferia sul de São Carlos, em continuidade a outros loteamentos construídos na década de 1990 que apresentam alto índice de exclusão social, como o Cidade Aracy, Jardim Social Presidente Collor e Loteamento Social Antenor Garcia, que são mencionados nas postagens dos moradores no Facebook que discutimos adiante.

urbano está correlacionada à ampliação da condição de mercadoria da própria cidade, uma vez que, a cada expansão, há mais terra para ser vendida pelo mercado imobiliário. Além disso, vem ocorrendo o afastamento territorial das atividades ligadas ao consumo.

Desses processos, resultam como atual configuração, os novos centros, subcentros, eixos especializados e ainda os centros antigos, além de uma valorização dos espaços privados em detrimento dos espaços públicos, lógicas definidas por interesses das atividades de produção e comercialização, mas também, e cada vez mais, por interesses fundiários e imobiliários. A ideologia do crescimento e do desenvolvimento, sustentando essas lógicas e justificando a ação do Estado, não pode ser desconsiderada. Levando em conta esses aspectos todos, questionamos se a convivência entre o velho, representado pela produção de conjuntos residenciais periféricos, e o novo, representado pelo alcance do PMCMV, implicam em mudanças nesses processos. A partir de diferentes fontes de pesquisa, como entrevistas com moradores e outros “sujeitos bem informados”, observações de campo, análise de grupos de moradores em página no *Facebook* e informações sobre o PMCMV – faixa 1, o objetivo é discutir as novas e velhas necessidades dos moradores desses conjuntos habitacionais, suas práticas socioespaciais pautadas no consumo, bem como os desdobramentos em relação à consciência de direitos e a produção do espaço urbano.

Realizamos entrevistas semi-diretivas, para que, com base nesses relatos orais, pudéssemos apreender, levando em conta os silêncios, gestos, conversas e aspectos subjetivos, a vida cotidiana¹⁰ desses moradores, relacionando-a a escalas mais amplas de análise nas quais estão envolvidos. Além disso, buscamos compreender, a partir dos próprios moradores, as implicações da transferência do local de moradia para um espaço residencial novo, que está sendo construído em conjunto com os demais contemplados pelo programa, com especial atenção às relações interpessoais que estabelecem no âmbito do próprio conjunto habitacional e dos demais espaços da cidade. Entrevistas semi-diretivas com roteiros específicos também estão sendo realizadas com profissionais envolvidos com a implantação dos conjuntos habitacionais pesquisado. Levando em conta a importância crescente das redes sociais, e o fato de que o *Facebook*, em especial, vem se conformando como uma ferramenta que favorece a expressão “livre”¹¹ de opiniões, conjuntamente com as entrevistas e observações de campo, utilizamos dos comentários publicados¹², disponíveis nas páginas de grupo fechado de moradores dos novos conjuntos habitacionais, como forma de ampliar as possibilidades de incorporar os aspectos subjetivos nos quais o cotidiano desses espaços está pautado.

O interesse em utilizar o *Facebook* como um dos procedimentos metodológicos surgiu já durante a etapa de elaboração do projeto de pesquisa, na qual, nos chamou a atenção a denúncia de um usuário desta rede social quanto aos contemplados por sorteio das habitações do Residencial

10 “Como toda perspectiva focalizada no sujeito na vida cotidiana, isto traz consigo o interesse analítico pela ação e pelas práticas, o sentido e os significados” (Lindón, 2011, p.15). Tradução nossa de: “Como toda perspectiva focalizada en el sujeto en la vida cotidiana, esto trae consigo el interés analítico por la acción y las prácticas, el sentido y los significados”.

11 “Livre” no sentido de que não se produz a partir da relação entre pesquisador e pesquisado, como ocorre nas entrevistas semi-diretivas que realizamos.

12 Tal como fazemos nas entrevistas, também consideramos importante atentar para os cuidados necessários com a preservação da identidade dos usuários da rede, a despeito da iniciativa de “publicação” ter partido deles mesmo. Embora em nosso banco de dados tenhamos os dados completos da publicação feita pelos usuários, para a utilização dessas postagens em artigos, limpamos esses relatos, mantendo apenas o último nome do perfil e corrigindo abreviações/erros de português, expressões coloquiais utilizadas na internet, com vistas à valorização e facilidade de entendimento do seu conteúdo.

Tapajós, em Presidente Prudente. Tal denúncia gerou uma polêmica virtual, que tomou proporções concretas, com o encaminhamento de denúncias ao Ministério Público. O *post*¹³ continha a foto de uma casa desse residencial que estava sendo ampliada e o seguinte texto escrito:

Estou extremamente revoltado com uma coisa que eu vi agora pouco. Estava passando perto do bairro Residencial Tapajós aqui no Brasil Novo quando me deparei com umas duas casas sendo ampliadas. E pra mais detalhar, são sobrados. Pela pouca informação que recebi, essas casas seriam sorteadas e entregues às pessoas de baixa renda e que não tinha um lar ou que viviam no aluguel. Mas o que vejo hoje não é a realidade. Vejo famílias com outro padrão de vida instaladas nessas casas. Vejo carros bons, pessoas que tem chácaras e outros imóveis. Enquanto quem precisa, está na espera. Não quero prolongar a minha queixa, revolta ou denúncia. Mas não me conformo com essa atitude, espero e quero que alguma transformação ocorra e que nossos governantes municipais tomem providência. Boa tarde. (Costa, 15 de setembro de 2014)

Em menos de dois meses, havia mais de 700 curtidas ao *post*, 430 compartilhamentos e 193 comentários, alguns deles escritos pela própria dona da casa citada (“quanto a pessoa que disse que me faria devolver, faz como eu, batalha das 8h às 18h, vai pra casa deixa seu filho criança e vai fazer bicos até 1 da madrugada, aí você poderá me julgar”). Outros estimulavam a formação de um grupo de moradores para lutar por seus direitos e realizar denúncias (“não se calem...”). A repercussão de tal fato nos levou a questionar: como podemos utilizar dessa ferramenta para apreender o livre discurso dos seus moradores? Quais as consequências que tais denúncias/publicações podem suscitar? Quais seus limites?

Durante as observações realizadas nesse grupo virtual formado pelos moradores, a diversidade de problemas e de soluções adotadas possibilitaram a identificação de primeiras implicações da realização do “sonho da casa própria”. Assim, embora entre os conjuntos habitacionais que pesquisamos, apenas o Residencial Eduardo Abdelnur, Planalto Verde e o Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto tenham grupos fechados no *Facebook*, acompanhamos as publicações nessa rede social para apreender elementos relacionados aos diferentes perfis desses moradores, suas necessidades, bem como iniciativas de organização e de busca pela solução de seus problemas cotidianos. Tivemos acesso a informações sobre as primeiras reuniões realizadas para discutir a reivindicação de posto policial, a colocação do posto de saúde em funcionamento, as articulações para que fosse viabilizada a feira¹⁴, a associação de um grupo de mães para contratar o serviço de *vans* para transporte escolar de suas crianças e a intervenção de pré-candidatos a vereador ou representantes de candidatos com suas promessas.

Priorizamos as postagens e os comentários realizados pelos próprios moradores, atentando para as premissas metodológicas da netnografia (AMARAL, NATAL e VIANA, 2008, p.39), segundo as quais, o pesquisador deve estar “consciente de que está observando um recorte comunicacional das atividades de uma comunidade *on-line*, e não a comunidade em si, composta por outros desdobramentos comportamentais além da comunicação (gestual, apropriações físicas, etc.)”.

¹³ *Post* é um substantivo do idioma inglês, que significa postar. No Brasil, é utilizado para referenciar publicações que se fazem na internet. Há ainda uma variação em português no uso do termo para ‘postagem’, que possui o mesmo sentido.

¹⁴ Caso do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, em Presidente Prudente, onde a feira passou a ser realizada a partir de 16 de abril de 2016.

A OCUPAÇÃO DOS NOVOS CONJUNTOS HABITACIONAIS

Em comum, além de serem financiados pelo PMCMV, as unidades habitacionais de cada um dos conjuntos pesquisados possuem projetos semelhantes, sendo a segmentação em lotes¹⁵, uma característica de todos eles, estrategicamente adotada pelas construtoras que, “ao tentarem viabilizar a racionalização do processo produtivo, com o intuito de reduzir os custos da produção através dos ganhos com produtividades, ampliam as dimensões físicas dos empreendimentos” (MAIA, LUCENA, 2015, p. 365). Nesses espaços foram instaladas redes de água, energia elétrica e iluminação pública, além de sistemas de transporte coletivo¹⁶ e de coleta de lixo. A infraestrutura interna é composta de pavimentação, guias, sarjetas, redes de água, esgotamento sanitário, drenagem superficial, energia elétrica e iluminação com ligações concluídas.

Além disso, há uma padronização dos projetos destes conjuntos habitacionais, tempestivamente adotada pelos agentes privados pois lhes garante maiores lucros, a partir da produção estandardizada de um grande número de unidades habitacionais em um menor tempo, como observa Rolnik (2015, p.310):

O programa atribui o poder de decisão sobre a localização e o desenho do projeto para os agentes privados. Mesmo no caso da faixa 1, em que o papel do incorporador é formalmente atribuído ao FAR, as empresas privadas são as verdadeiras responsáveis por encontrar e adquirir a terra e por elaborar os projetos. No entanto, o critério para orientar as decisões desses agentes não pode ser outro senão o da rentabilidade. Considerando que o teto dos preços e as dimensões das unidades estão previamente estabelecidos, o lucro do empreendedor se baseia na economia de custos obtida no processo de produção. Essa economia é obtida através da padronização, da escala (número de unidades reproduzidas), da rapidez de aprovação e construção e do menor custo possível com a compra do terreno. O resultado dessa equação financeira é a construção de megaempreendimentos padronizados inseridos nas piores localizações da cidade, isto é, onde o solo urbano é mais barato.

As casas, como podem ser visualizadas na imagem 1, são idênticas em cada um de seus lotes, constituindo uma extensa periferia habitada por sujeitos com diferentes experiências sociais, culturais, ou seja, heterogêneos socioculturalmente, embora economicamente possam apresentar níveis de renda semelhantes.

¹⁵ Tal estratégia é utilizada para driblar uma das regras do Programa Minha Casa Minha Vida, segundo a qual, o limite de 500 unidades habitacionais por empreendimento não poderia ser ultrapassado. Em Presidente Prudente, as 2.343 unidades habitacionais do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto foram formalmente distribuídas em cinco lotes diferentes. Em São Carlos, as 1.000 unidades habitacionais do Residencial Deputado José Zavaglia foram formalmente divididas em três lotes. Supomos que, devido ao número de unidades habitacionais, os residenciais: Eduardo Abdelnur (986 unidades) e Planalto Verde (806 unidades) também tenham sido aprovados em diferentes lotes, mas não dispomos da informação precisa nesses casos.

¹⁶ Embora sempre insuficientes, como abordamos adiante.



Imagem 1 – Conjuntos Habitacionais faixa 1, financiados pelo PMCMV em Presidente Prudente e São Carlos. (A) Conjunto Habitacional João Domingos Netto, em Presidente Prudente. (B) Residencial Eduardo Abdelnur, em São Carlos. (C) Residencial Planalto Verde, em São Carlos. (D) Residencial Deputado José Zavaglia, em São Carlos.

Fonte: <http://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2015/09/casas-do-joao-domingos-netto-serao-entregues-na-proxima-semana.html>, <http://www.folharegiao.com.br/sao-carlos/cotidiano/moradores-do-eduardo-abdelnur-vivem-drama-para-levar-criancas-a-escola>, <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/08/mpf-pede-que-caixa-e-construtora-facam-reparos-por-falhas-em-moradias.html>, <http://www.saocarlosagora.com.br/cidade/noticia/2011/11/08/23820/familias-contempladas-escolhem-casas-do-jardim-zavaglia/>

Ponderamos que, embora tais unidades habitacionais sejam extremamente parecidas, mesmo em cidades distintas, há diferentes arranjos familiares, como jovens casais, famílias nucleares com 1, 2, 3 filhos (ou mais), mas também famílias constituídas por mãe, avó, tia e filho, o que já implica em diferentes necessidades na divisão da habitação, na qual cada família, no decorrer do tempo, fará suas devidas mudanças. Nesse sentido, a importância de compreendermos a habitação na escala do morador é fundamental e, com base em Lindón (2006, p.24), atentamos para o processo de transformação da habitação em casa, que ocorre na medida em que os sujeitos a vivenciam:

a habitação é a construção material, independentemente do sujeito que a habita. Na medida em que a casa constitui esse espaço de vida primário do sujeito, carregado de sentidos, de memória, sonhos e fantasias. Isto implica que seria possível observar duas habitações exatamente iguais em termos materiais, mas diferentes como casas pela forma de vivê-las e apropriá-las que

os sujeitos que a habitam realizaram e, em consequência pela memória diferente que aloja a cada uma delas¹⁷.

O DIREITO À HABITAÇÃO E AS REGRAS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Nos conjuntos habitacionais pesquisados, encontramos moradores com variados perfis e histórias muito distintas. Embora isso ocorra na maioria dos espaços urbanos, no caso dos novos conjuntos, seus moradores não escolheram morar nessa localização, mas aproveitaram a única oportunidade de adquirir uma habitação nesses novos espaços, através do PMCMV, o que faz com que o relacionamento entre eles seja um dos grandes desafios a enfrentar. São significativos os casos como o de Irene¹⁸, que teve uma trajetória de vida permeada por ocupações e moradias inadequadas, dentro e fora de São Carlos, como nos conta no fragmento da entrevista abaixo, quanto do jovem, aqui nomeado de Eduardo, que estuda no período noturno, trabalha em dois empregos distintos e mora apenas com a mãe que, além de receber a pensão do marido falecido, trabalha como governanta sem registro na carteira de trabalho em uma casa de família rica, em um condomínio fechado, ultrapassando a renda máxima estipulada para o faixa 1 (até R\$1.800,00). Conseguiram obter o direito a essa moradia pela possibilidade de omitir a renda do filho e pela irregularidade da condição de trabalho da mãe. Como conta Eduardo, a intenção era obter o financiamento de uma casa no centro, mas como os fatores idade e renda atrapalhariam, a família acabou optando por “tentar” a moradia de interesse social:

[Em qual bairro vocês moravam antes de vir pra cá?] No [Loteamento Social] Antenor Garcia¹⁹, em casa alugada. [Pensando desde que você nasceu, você poderia me falar em quais bairros ou cidades você já morou?] Nossa ... Nossa, é uma vida (riso) Oh, Jesus. [Você nasceu aqui em São Carlos mesmo?] Aqui em São Carlos, fui criada pelos avós ... Aí eu conheci o pai dos meus filhos, fui morar junto com ele. A gente morou em casa abandonada, moramos em porão, morei na rua, morei no albergue. [Em quais bairros, você lembra?] Ah ... repassando São Carlos, né?! Repassamos a cidade de São Carlos. E depois de 10 anos de casada, vim me separar dele e aí morei no Broa, na praia do Broa lá por longos anos que eu não lembro agora. E depois de lá voltei pra São Carlos, fui pra cidade de Brotas, de lá fui embora pro Rio Grande do Sul. Resumindo! Eu dei uma resumidinha aí. [Irene, Residencial Planalto Verde, São Carlos]

Além do centro ... eu não vou me lembrar muito... eu sei que... A minha família, na verdade, tinha uma condição financeira maior antes. Então eu sei que os meus pais tinham uns terrenos na Vila Prado e é um dos bairros que eu

¹⁷ Tradução nossa de: “La vivienda es la construcción material, independientemente del sujeto que la habita. En tanto que la casa constituye ese espacio de vida primario del sujeto, cargado de sentidos, de memoria, sueños y fantasías. Esto implica que sería posible observar dos viviendas exactamente iguales en términos materiales, pero diferentes como casas por la forma de vivirlas y apropiárselas que han realizado los diferentes sujetos que las habitan y, en consecuencia, por la memoria diferente que aloja cada una de ellas”.

¹⁸ Os nomes dos entrevistados são fictícios.

¹⁹ O Loteamento Social Antenor Garcia localiza-se na periferia sul de São Carlos, próximo a outros dois grandes loteamentos, Cidade Aracy I e II e Jardim Social Presidente Collor, construído pelo empresário e político Airton Garcia (eleito prefeito novamente, em 2016), segundo seus próprios interesses. Essa área concentra precariedade social e ambiental, em função da localização em que foram construídos, em área delimitada pela bacia hidrográfica do Córrego Água Quente, o que gerou poluição das nascentes, assoreamento, crescimento da erosão nas encostas, descarga de esgoto não tratado nos cursos d’água, ausência de arborização próxima às casas e desmatamento. Todos os conjuntos habitacionais faixa 1 financiados pelo PMCMV em São Carlos foram construídos no prolongamento dessa periferia.

sei que já morei. Mas assim, além de lá, a maior parte do tempo, eu morei no Cruzeiro do Sul²⁰, acho que eu morei lá mais ou menos uns doze, treze anos, depois morei por uns dois anos e meio mais ou menos aqui no centro, e aí eu mudei esse ano, há uns quatro ou cinco meses, para o Eduardo Abdelnur. [...] [E a renda mais ou menos? Não precisa ser exata...]. Ah ... Juntando tudo?! Eu acho que gira em algo em torno de quatro mil e oitocentos reais. [...] no meu caso, talvez vocês podem ter estranhado ou não, mas a minha renda familiar ultrapassa e ultrapassa muito a renda familiar, não tanto dos que vivem lá²¹, mas a renda familiar que seria o teto para que a gente pudesse fazer parte disso. Mas, como parte dos suplementos que minha mãe recebe, não são oficiais ... oficiais, porque? Ela já é aposentada, e pensionista, então, ela não precisa mais do registro no trabalho atual dela, e portanto, ela não ... na verdade, ela trabalha sem registro há um bom tempo porque minha mãe já é aposentada e recebe pensão do meu pai há um bom tempo, então ela não tem a necessidade de registro. Então, por tudo isso que esse restante de valor não é algo oficial, assim como o meu, porque na teoria, eu não morava com ela, ela colocou que eu não morava com ela, e por conta disso que ela conseguiu o financiamento. Mas na prática, a gente não conseguiria, sem dúvida nenhuma, porque a nossa renda familiar ultrapassa ... sei lá, eu acho que o limite da renda familiar era de 1.500, a nossa renda familiar é de quase 5 mil [reais], então, sei lá, eu acho que ultrapassa quase três vezes. Então a gente não conseguiria. Só que por que? Onde eu vou chegar? No motivo da gente ter optado por esse tipo. Quando nós mudamos pra casa do centro, nós, na verdade, iríamos comprar essa casa. Eu acho que ela custava 210, 220 mil, só que, pela minha mãe ser mais velha, já ser idosa, praticamente ter quase 62 anos, a taxa de juros do financiamento é exorbitante. Nós teríamos que dar algo em torno de 35 mil [reais] de entrada, e a parcela de financiamento em 15 anos ficaria em média, eu acho que quase mil reais. [Não entraria também no faixa 2] Não. Então, assim, mesmo colocando a minha renda, porque eu sou mais novo, ou mesmo se a gente invertesse os papéis e eu fosse o principal interessado no financiamento e minha mãe só entrasse pra complementar a minha renda, aí é o contrário, eu sou novo demais. Eu só tenho 22 anos. Então assim, então, na verdade, o intuito era comprar essa casa [do centro], porque também é uma casa boa, mas isso não deu certo. A gente poderia até cogitar a possibilidade de comprar essa casa no centro que a gente morou, mas pela localização também, eu não sei nem quanto aquela casa custa, mas custaria muito mais e por estar muito mais bem localizada, seria mais inacessível financiá-la. Então a gente pensou: vamos arriscar, se der certo, vai ser uma boa. Porque a gente pagava no centro quase oitocentos reais de aluguel, e eu acho que minha mãe paga agora, nessa casa, porque pelo que eu entendi, é por renda, quanto maior a sua renda, mais você paga na parcela, então eu acho que a gente paga algo por volta de 80 reais por mês. Então assim, de 800 pra 80 [reais] é uma diferença gritante também. Então eu falei: vamos tentar. Vai que dá certo! Se der certo ... e ela tentou e deu. [Eduardo, Residencial Eduardo Abdelnur, São Carlos]

Nas entrevistas, observamos a impressionante diversidade que há entre os contemplados desses conjuntos habitacionais, não apenas em relação à renda, mas também nas trajetórias pregressas. Além disso, como ficou mais evidente no segundo caso, percebemos que se as regras do PMCMV foram dribladas pelas empresas, também o foram por moradores. Eduardo, ao contar que tentou

²⁰ O Jardim Cruzeiro do Sul foi um dos primeiros eixos de expansão de São Carlos, iniciado em 1954, sendo o maior loteamento do período, com 1605 lotes, no qual habitavam trabalhadores (LIMA, 2007).

²¹ Embora tenhamos dado sempre a preferência para realizar as entrevistas nas próprias casas dos entrevistados, nesse caso, devido ao horário que o entrevistado tinha disponível, foi realizada após sua última aula, às 22h30, em um restaurante de São Carlos.

financiar a casa em que moravam no centro, demonstra que primeiramente tentou exercer seu direito à habitação, dentro das regras, seja do mercado, seja dos programas habitacionais, mas não obteve êxito. Compatibilizaram então suas condições socioeconômicas com as exigências do PMCMV, omitindo algumas informações, por um lado, mas abrindo mão da sua preferência pelo centro, por outro, em favor de uma moradia na nova periferia de São Carlos, ainda mais distante, o que teve importantes implicações que Eduardo enfrenta, por exemplo, evitando contar para as amigas sobre sua mudança para o novo bairro:

Mas a questão não é a casa em si, mas é o bairro, entendeu? Então, é a mesma coisa que talvez eu convidar uma pessoa que mora em Alphaville, em São Paulo, *pra* ir até Paraisópolis, por exemplo. Então, entende?! Existe, de fato **em mim um certo receio**, tanto que eu nem conversei com a Poliana a respeito da minha mudança *pra* lá. Porque assim, também não surge o assunto, mas ela deve achar que eu estou morando no centro até hoje. Apesar que a gente conversa todo dia, somos super amigos, mas **eu não me senti confortável ainda em contar**, em dar mais detalhes sobre isso, porque assim, eu sei, são meus amigos, eu sei que elas em específico, assim como a maior parte, 99% das pessoas que andam ao meu redor, ninguém liga *pra* isso. 99% pelo menos, não liga. [...] Nunca fui discriminado por morar lá, até porque, como eu te falei, eu não digo que moro lá, não por vergonha nem nada, é porque normalmente as pessoas não perguntam, e quando perguntam, as poucas pessoas que eu me sinto à vontade e digo que moro lá, a maior parte nem sabe onde é. Eu digo, ‘ah, é lá perto do Jardim das Torres’ e fica por isso mesmo. Mas assim, na faculdade mesmo a gente *zoa* assim, mas nem é tanto aqui, é mais um amigo meu que é de Ibaté²² e lá tem um bairro chamado Jardim Cruzado. Lá é um bairro bem popular, assim, **é quase uma periferia**, é algo, sei lá três vezes pior do que o bairro em que eu moro atualmente. **Lá é um bairro de classe média baixa. Ponto. Lá é periferia mesmo. E a gente, às vezes zoa**, falando que ele mora no bairro Jardim Cruzado, assim ... [Eduardo, Residencial Eduardo Abdelnur, São Carlos – grifos nossos]

Embora ainda não tenha experimentado diretamente o “estigma socioespacial” identificado por Kowarick (2009), Wacquant²³ (2001) e Saraví (2008), Eduardo leva em conta essa implicação da mudança para esse novo espaço e, a partir da sua experiência, opta pela omissão. A referência feita por ele às brincadeiras com o amigo que mora em área periférica de Ibaté, evidenciam a dimensão simbólica do processo de fragmentação socioespacial que ele reproduz e teme, simultaneamente.

NOVAS E VELHAS NECESSIDADES

Levando em conta as sempre necessárias relações entre espaço e tempo, constatamos que, atualmente, algumas necessidades dos moradores já não são as mesmas de trinta anos atrás, período em que foi implementando a última grande política habitacional no Brasil, através do extinto BNH. Embora a construção de habitações em áreas distantes para os segmentos de menor

²² Ibaté possui uma população de 33.178 habitantes, e sua proximidade com Araraquara (dista 25 quilômetros) e São Carlos (dista 12 quilômetros), que concentram maiores ofertas de trabalho, colabora para que se caracterize como uma cidade-dormitório.

²³ Loïc Wacquant, sociólogo francês, utiliza o qualitativo territorial para se referir a um determinado recorte espacial ao qual o estigma se refere. Considerando que o conceito territorial denota outros significados na Geografia, utilizaremos o qualitativo socioespacial por considerar que este “expressa melhor a sobreposição e a inseparabilidade dos estigmas que recaem sobre os grupos sociais e aqueles que recaem sobre os seus espaços de vivência” (MAGRINI, 2013, p.138).

renda seja algo comum no passado habitacional brasileiro, cujos desdobramentos já foram demasiadamente pesquisados por importantes intelectuais brasileiros de diversas áreas (BONDUKI, 1980, 1986, 1998; VALADARES 1983, 1994; ROLNIKI, 1991, MARICATO, 1987, 2012), esse modelo habitacional continuou se efetivando nos últimos anos, como a implantação do PMCMV, havendo, porém algumas mudanças na forma de sua implementação: devido às regras do PMCMV, essas novas áreas residenciais destinadas ao segmento de faixa 1 precisam ter infraestrutura e equipamentos coletivos.

Assim, não apenas os moradores possuem perfis e hábitos diferentes, como as periferias e suas necessidades são distintas do período anterior, enquanto outras permanecem, mas com variações, como aquelas relacionadas ao acesso à saúde, ao transporte e à educação. Se antes o posto de saúde e a escola demoravam anos até serem construídos nessas novas áreas, o que só ocorria mediante mobilização dos moradores, hoje esses equipamentos são construídos ao mesmo tempo em que as habitações, embora muitos deles ainda não funcionem devido à demora dos processos licitatórios²⁴. O mesmo ocorre com o transporte público: os ônibus chegam até esses novos conjuntos habitacionais, mas além da insuficiência, a inadequação do seu horário de circulação causa problemas crescentes, visto que o tempo nessas cidades não se limita mais ao tradicional horário comercial de segunda a sexta, das 8h às 18h. Há moradores que trabalham em *shopping centers*, mercados, farmácias, que funcionam 24h e precisam de transporte fora desse limitado horário comercial. Há ainda os jovens que trabalham durante o dia e estudam durante o período noturno e não têm como voltar para casa com transporte público.

Conforme constatamos, as soluções adotadas para esses problemas acabam sendo procuradas no próprio mercado. Como as necessidades são imediatas, as reivindicações por transporte público adequado são postergadas em favor da contratação de *vans* particulares ou a compra de motos, para que esses estudantes possam realizar suas tarefas diárias. Entre os anos 1960 - 70, mudar para as carentes periferias metropolitanas instigou a organização para conquista de uma série de direitos, sendo esse o cenário para a insurgência de uma cidadania urbana, segundo Holston (2013). Atualmente, tal imediatismo predominante na solução dos problemas cotidianos implica na renúncia de direitos que só poderiam ser garantidos pelo Estado, mediante mobilização coletiva, além disso, pelo caráter individual e privatizado dessas práticas socioespaciais adotadas, contribuem para a fragmentação da cidade, que é também despolitizadora.

Para a análise das soluções adotadas frente aos problemas com o transporte público, nos baseamos em postagens do *Facebook*, específicas dos conjuntos habitacionais pesquisados. A primeira foi postada por um morador do Residencial Planalto Verde, situado na periferia sul de São Carlos, onde estão localizados todos conjuntos habitacionais implantados no âmbito do PMCMV – faixa 1, além de bairros que, embora estejam consolidados, como o Cidade Aracy²⁵, concentram moradores com baixa renda que utilizam desse meio de transporte para os seus deslocamentos diários.

²⁴ A falta de empenho dos responsáveis não pode ser desconsiderada.

²⁵ Os conjuntos habitacionais faixa 1 financiados pelo PMCMV foram construídos em prolongamento ao Cidade Aracy, que já se caracterizava pelo alto índice de população em condições de exclusão social e foi identificado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como área 3, que inclui também os bairros Bela Vista, Vila Prado e Parque Faber, num total de 75.620 habitantes, o que perfaz aproximadamente 34,07% da população de São Carlos.

“Precisamos de mais ônibus, temos que nos reunir e fazer abaixo assinado”. (Santos, 09 de março de 2016)²⁶

“É só marcar o dia e local (Perez) - Eu também ... Marca dia e horário ... Vamos nos unir!!! Se você pegar o ônibus no horário das 17:15 ... 18:15 do centro pra cá, a situação é essa mesma. Eu uso todos os dias nesse horário e vem gente até no vidro. Isso não é vida, não”. (Dias)

“Eu vou imprimir o papel, aí nos reunimos pra conseguir o maior número de assinatura e com isso levamos na Atenas²⁷. (Santos) - Eu estou dentro ... Vamos até o inferno se preciso for. Postei no *Facebook* agora um recado para o sr. prefeito Paulo Altomani ... “ (Dias)

“Eu também. Que vergonha ... Meu Deus, pagamos tantos impostos pra isso?! Vamos nos reunir sim, estamos juntos ... Verdade, é horrível. Só tem que vai pro centro, se nós precisamos ir pra rodoviária, tem que pegar outro. Eu concordo!” (Santos)

“Vou ver tudo certinho o que tem que fazer, mas o abaixo assinado não é para o prefeito e sim para a Athenas, eu já me informei, e é com eles”. (Santos)

“O que mais me irrita é que o povo do [Cidade] **Aracy não se toca mesmo, pra eles tem ônibus de sobra e mesmo assim fazem questão de pegar o Planalto Verde**, aí o povo que mora aqui fica pra trás, porque já vi muitas vezes o motorista passar reto nos pontos por conta da lotação”. (Sant Anna)

“Isso é verdade ... Tinha até um senhor no ônibus reclamando justamente disso. **O povo do Aracy pega nosso ônibus**. Pra eles tem toda hora”. (Dias)

“Precisamos urgente de ônibus. Eu mesmo moro aqui no Planalto e trabalho no Moradas²⁸. Tenho que pegar dois ônibus tanto pra ir quanto pra voltar e na volta tenho que esperar mais de 50 minutos no ponto porque só temos uma linha, uma pessoa que sai cinco horas do serviço e chega em casa às sete horas é muito cansativo, se tivéssemos pelo menos mais uma linha, todos nós agradeceríamos”. (Sant Anna)

A insuficiência das linhas e horários tende a gerar disputa, ao invés de articulação, como pode ser observado em algumas das postagens. A importância da dimensão espacial fica evidente, mas não no seu sentido amplo, “periférico”, e sim, fragmentado, bairro a bairro, ao contrário do ocorrido durante a ocupação das periferias metropolitanas analisadas por Holston (2013, p.50), nas quais, a segregação socioespacial gerada “politizou os trabalhadores que lá se estabeleceram – produzindo uma nova racionalidade, mas não a que os promotores previram”. Holston (2013) demonstra que

²⁶ Para diferenciar quem postou primeiro e quem está respondendo a um *post* no *Facebook*, a informação que contem a data se refere sempre ao responsável pela primeira postagem, os demais são respostas a ela.

²⁷ Atenas Paulista é o nome da única empresa que prestava Serviços de Transporte Urbano com ônibus e micro-ônibus em São Carlos. Após o contrato com a Athenas Paulista estar vencido há dois anos, em maio de 2016, o Ministério Público e a prefeitura fizeram um acordo em que ficou definido que a administração teria até 23 de agosto de 2016 para contratar uma nova empresa. A companhia escolhida foi a Suzantur Mauá que também será a única a operar na cidade e atualmente está atuando em regime de transição, assumindo 14 linhas semanalmente até completar as 61 que atendem a população. Retirado de: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/08/athenas-paulista-e-suzantur-chegam-acordo-sobre-o-uso-dos-cartoes.html>, acessado em novembro de 2016.

²⁸ Moradas de São Carlos é um conjunto de condomínios horizontais populares fechados, dividido em I, II e III, localizado na zona norte de São Carlos, com casas de 40,47m², direcionado a famílias com renda mensal entre 3 a 5 salários mínimos. Esse condomínio é localizado próximo a outros condomínios, como o Terra Nova São Carlos (que estudamos em pesquisa anterior, ver OLIVEIRA, 2015), Parque Fehr e Quebec.

essas pessoas, que foram morar longe, em uma periferia que tinha muitos problemas, como ausência de transporte, asfalto, equipamentos coletivos etc., aprenderam a se organizar para conquistar seu direito à cidade, passando então a produzi-las como cidadãos e a reivindicar seus direitos como tais. Atualmente, estamos constatando um aprofundamento do processo de segregação, com a segmentação não apenas do espaço de habitação, mas também de todas as outras práticas cotidianas, ou seja, há um processo de fragmentação socioespacial em curso, que não é apenas espacial, tampouco, apenas decorrente das práticas cotidianas, mas impacta também na consciência política. Consideramos que essa fragmentação fica evidente quando os moradores do Cidade Aracy, embora estejam passando pelas mesmas dificuldades quanto ao acesso ao transporte coletivo, são representados como inimigos e não como pessoas que poderiam formar um coletivo para juntos e assim fortalecidos, reivindicar melhores condições quanto ao transporte público. Em função do caráter dinâmico e complexo do processo de fragmentação socioespacial, há sobreposição em relação ao processo de segregação, como já observado por Magrini (2013). Mas, do ponto de vista político, também há articulação coletiva para a resolução de problemas, como os abaixo assinados encaminhados à Prefeitura Municipal por moradores do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, em Presidente Prudente, que resultaram na viabilização da feira, a partir de 16 de abril de 2016.

O outro conjunto de postagens que trazemos é do mesmo conjunto habitacional. Nesse caso, além das linhas de transporte público não serem suficientes para os quase 10 mil novos moradores, a situação se agrava para as crianças e adolescentes. Como as escolas de ensino fundamental e médio ainda não estavam funcionando²⁹, elas precisavam se deslocar para as antigas escolas, em outras áreas da cidade, não necessariamente centrais, como relata Mota na postagem citada abaixo:

“O último ônibus é às 18h30 mesmo? Não acredito! Minha filha sai às 18h e depende de ônibus para ir para o centro para pegar outro” (Mota, 21 de setembro de 2015)

“Nossa, assim fica difícil, né?! E quem sai do trabalho às 19h, gente?” (Fagundes)

“E van? Nada? Alguém sabe?” (Leite)

“Van do Tio Jo 3905-5820 Van da Andréia 997968814. Esses só têm vaga pra tarde e só vão passar pelo bairro se tiverem mais crianças. **Se alguém souber de van com vaga pra que estuda cedo, me avise, por favor.**” (Rizzo, 21 de Setembro de 2015)

Tanto o modelo radial das linhas, quanto o limite do horário, são os problemas identificados. Observamos que a busca por soluções via mercado é prontamente mencionada, mas não se limitam a ele, como demonstram as duas postagens que trazemos a seguir. Leite inicia sugerindo a elaboração de um abaixo assinado para reivindicar solução do problema, mas o emprego da expressão “ajudar” para se referir a resposta esperada da prefeitura municipal pode ser indicativo de falta de reconhecimento de seus direitos, diferenciando-se do *post* de Santos, antes citado, entre outros.

²⁹ Em 17/06/2016 foi inaugurada a primeira escola de ensino infantil deste conjunto habitacional, denominada “Sylvia Marlene Pereira Faustino”, que começou a atender, a partir de 26/10/2016, 150 crianças, com idades entre 0 e 5 anos, nos períodos parcial e integral. Retirado da matéria: “Escola de ensino infantil ‘Sylvia Marlene Pereira Faustino’ é inaugurada no João Domingos”. Disponível em: <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticias.xhtml?cod=34140>, de 17/09/2016. Consultado em 03/10/2016.

“Olha, não sei como fazer com minha filha! Não consigo uma van que possa pegar ela em casa e deixar na escola. Nós, como mães, deveríamos fazer um abaixo assinado, pois por mais que as crianças ganhem passe, umas terão que pegar dois ônibus. Não confio na minha filha que tem nove anos, em ter que fazer esse trajeto sozinha. **Precisamos fazer um abaixo assinado na prefeitura pra ver como eles podem nos ajudar.** ” (Leite, 21 de setembro de 2015 – grifos nossos)

“Oi. A minha filha estuda à tarde, o ônibus não bate os horários, e também é uma correria, porque eu tenho que levar, vir pra casa e depois voltar pra buscar, aí eu não consigo trabalhar. Está muito difícil pra mim também. E também cada um fala um horário de ônibus, nem sei qual o certo. ” (Fernandes)

Embora uma linha de ônibus faça o percurso do JDN ao centro (e o percurso inverso também) de uma em uma hora, o serviço oferecido não atende às necessidades, por diversos motivos, entre eles: 1. os deslocamentos dos moradores não são estritamente para o centro, há moradores que trabalham/estudam em outras áreas; 2. o horário final (19h30 de saída do centro para o bairro e 19h do bairro para o centro) implica em impedimento do acesso ao lazer em outros espaços da cidade; 3. quem trabalha durante o dia e estuda à noite não tem ônibus para voltar para casa. Todos esses problemas são relatados no caso a seguir, no qual podemos notar a menção a outro recurso, a divulgação na mídia, como menciona Carrion, ao propor que ligassem para a “Patrulha Comercial”³⁰ ou a Tv Fronteira³¹:

“Boa noite moradores do JDN, segue o horário do ônibus informado diretamente pela TCPP. Sai do Centro para o JDN: 06:30, 07:30, 08:30, 10:30, 11:30, 12:30, 13:30, 16:30, 17:30, 18:30 e 19:30hs Sai do JDN para o Centro: 06:00, 07:00, 08:00, 11:00, 12:00, 13:00, 17:00, 18:00 e 19:00 hs” (Levino – 21 de setembro de 2015)

“Nossa gente, eles têm que colocar mais horário depois das 19h. Nossa, coitado de quem sai tarde do trabalho e precisa do transporte coletivo! ” (Rodrigues)

“São esses horários mesmo? Pois meus filhos têm que vir pra outro bairro pra estudar! ” (Soares)

“Um absurdo! Meu marido sai do trabalho 18:30, lá no distrito e chegava 19:30 no Brasil Novo³². Ontem ele teve que pegar o Montalvão e vir andando da pista até em casa, uns 2 quilômetros. Chegou 21:00 h em casa. Afffff. ” (Miguel)

“Isso não pode! Encerrar o horário? E quem trabalha em mercado? Quem estuda a noite e sai quase 23:00h? Tem que por a boca na rádio e TV Fronteira pra chamar atenção das autoridades, pois só com barulho eles acordam. Eu não tenho telefone fixo, pois se tivesse ligaria hoje às 11:30 na ‘Patrulha Comercial’, na “boca no trombone” para mostrar o que os moradores já estão sofrendo com falta de ônibus em horários que precisam. ” (Carrion)

³⁰ Programa de rádio AM local.

³¹ Emissora local de televisão, filiada à Rede Globo.

³² O conjunto habitacional Brasil Novo foi implantado nos anos 1990, a partir de uma iniciativa municipal denominada “Loteamentos Urbanizados”, que visava o assentamento de famílias moradoras de áreas favelizadas ou em situações juridicamente irregulares (que em sua maioria estavam localizadas ao longo da linha férrea, próximo a área central da cidade).

As insatisfações, necessidades não atendidas e ensaios de organização para a solução de problemas ligados ao transporte, expressas via *Facebook*, implicam na retomada da questão da despolitização inerente à inclusão via mercado, uma vez que possibilita obter soluções rápidas e parciais para problemas que são amplos, ao mesmo tempo em que gera desmobilização. Assim, se, por um lado, o “incentivo ao consumo figurou como elemento de importância crucial e em escala cada vez maior” (ROLNIK, 2015, p.299) durante os governos petistas, marcado por demasiadas ambiguidades e contradições, com a instituição de políticas de transferência de renda, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o PMCMV, a redução de IPI (imposto sobre produtos industrializados) de automóveis e eletrodomésticos, por outro, houve a construção de imensos conjuntos habitacionais via mercado, sem garantir de fato o direito à cidade³³, com o avanço da “hegemonia dos circuitos globalizados do capital e das finanças, assim como das agendas e pautas neoliberais, especialmente nas políticas habitacionais e urbanas” (*idem*, p.262). Embora tal inclusão seja polêmica, dividindo a opinião de especialistas, Holston (2013, p.26) destaca a importância do acesso ao consumo para o trabalhador pobre, como parte da estratégia política que Lula adotou, não apenas em função de sua trajetória, mas também em função das bases políticas que construiu, ou seja, tentando conquistar inclusive a confiança dos empresários, pelo estímulo ao mercado que gerou.

Além dos aspectos mencionados anteriormente a respeito das necessidades quanto ao transporte público, as postagens cotidianas dos moradores são reveladoras do quanto sua rotina foi alterada, a partir da mudança para a nova área residencial. Embora tenham realizado o “sonho da casa própria”, e “saído do aluguel”, novos problemas emergiram, e precisam de uma solução rápida, pois, ao mesmo tempo em que as crianças não podem faltar na escola, seus pais temem que percam um dos ônibus e não tenham como voltar para casa. A importância da articulação entre a casa e os demais espaços e dinâmicas que caracterizam a vida urbana é assim, mais uma vez, reiterada.

Os conjuntos habitacionais que pesquisamos, construídos no padrão residencial monofuncional, embora tenham infraestrutura básica, carecem de equipamentos de lazer, consumo e linhas de transporte que atenda aos seus novos moradores de maneira eficiente. As postagens que citamos a seguir demonstram o uso das redes sociais como alternativa a tais carências, como um dispositivo que permite o controle desses espaços pelos próprios moradores:

[Você chegou a participar do grupo fechado no face que tem do bairro?] Participo. [E o que você acha dele?] Bom, fala onde tem os bagulhos que está vendendo, os mercadinhos, o povo posta tudo lá. [William, 21 anos, desempregado, Jardim João Domingos Netto, Presidente Prudente]

[O bairro aqui tem algum grupo no *Facebook*, ou no *WhatsApp*?] Eles têm. [Você participa?] Participo. [E o que você acha do grupo?] Acho muito bom. Acho bom porque por esses dias, tinha um ladrão que invadiu a casa de uma moça e a moça rapidamente pediu socorro pelo grupo que, de repente, esparramou, e foi rápida a atitude de chamar a polícia e vir. Achei muito bom. [Conseguiu pegar o ladrão?] Conseguiu pegar. [Nossa! Pelo grupo?!] Pelo

³³ A ineficiência nos serviços de transporte público, escola e postos de saúde são característicos dos conjuntos que pesquisamos e evidenciam que, embora tenha havido avanços em relação às políticas habitacionais anteriores, há insuficiência do reconhecimento do direito à cidade. Tal crítica é aspecto comum entre os diversos autores que vêm abordando o PMCMV (CARDOSO, ARAGÃO, 2013; HIRATA, 2009; MARICATO, 2009; NASCIMENTO, TOSTES, 2011; PEQUENO, ROSA, 2015; ROLNIK, NAKANO, 2009; ROLNIK e outros, 2010; ROLNIK, 2015, SHIMBO, 2010; SHIMBO, LOPES, 2015).

grupo, porque aí... na hora que entrou o socorro da moça, o povo estava online e perguntou pra moça o que aconteceu, enquanto falava, o outro chamava a polícia e tudo aconteceu. [Todo mundo fez alguma coisa ao mesmo tempo...] Isso. Eu achei bom. Foi uma coisa que chamou muito a minha atenção. E aí no grupo, se você pede assim: "alguém sabe de alguém que coloca um portão por preço em conta?" Alguém indica. "Conhece alguém que cuida de criança?" Alguém indica. Entendeu? [No grupo do *Facebook*?] Isso. Daqui do condomínio. Do *WhatsApp*. [Do *WhatsApp* é por rua, ou não?] Não. O grupo é geral. Tanto que chama Condomínio Planalto Verde no *WhatsApp*. Aí só quem é morador que participa. Fica só para o morador daqui mesmo. Aí se põe alguém de fora e não é daqui, é tirado. [E chega a ter publicação de alguma coisa de alguém vende um bolo diferente e aí...] Isso. Eu sou uma que coloca: "minhas tortas estão prontas!" Tem venda, a gente entrega, é bom. Ajuda bastante. [Irene, 51 anos, dona de casa, Residencial Planalto Verde, São Carlos]

O pequeno comércio e prestação de serviços surgido no interior desses conjuntos habitacionais, através das iniciativas de moradores que abrem mão de parte do seu diminuto espaço³⁴ para montar um pequeno negócio e obter renda extra, rompem com a monofuncionalidade predominante. A implantação desses conjuntos habitacionais move a economia de uma maneira ampla e diversificada, a partir da valorização das terras ao redor, dos ganhos das construtoras e incorporadoras, mas também de uma maneira mais local, com essas pequenas iniciativas dos moradores, em geral, informais, e com seu consumo que vai além do espaço habitacional, atraindo a atenção de comerciantes e prestadores de serviços que atuam em outras áreas da cidade. Diariamente, nas páginas dos grupos fechados no *Facebook*, é postada uma variedade de relatos sobre a necessidade de construir o muro para evitar a entrada/saída de animais domésticos, para obter maior sensação de segurança, privacidade ou mesmo para evitar deslizamentos, que atraem a atenção de construtores, serralheiros, instaladores de ar condicionado, varal, internet, tv, alarmes, cerca elétrica etc., igualmente anunciados via redes sociais. Os *posts* citados a seguir são significativos e foram retirados da página do *Facebook* dos moradores do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, em Presidente Prudente.

"Boa noite, estamos atendendo" (Sakamoto, 28/03/2016)

"Aí tem massa de lasanha, carne moída e mussarela ou queijo ralado?" (Oliveira)

"Só macarrão e queijo ralado". (Sakamoto)

"E molho de tomate tem? E qual marca?" (Oliveira)

"Muito bom esse molho!" (Sakamoto)

"Tem como você entregar pra mim um macarrão, dois molhos desse e um queijo ralado? E umas duas cebolas, se tiver". (Oliveira)

"Tenho cebola e tomate". (Sakamoto)

"Quero espaguete. Você entrega?" (Oliveira)

³⁴O tamanho das unidades habitacionais possui uma pequena diferença entre cada um dos conjuntos habitacionais. Em São Carlos, no Residencial Planalto Verde cada unidade habitacional possui 42,98 m² de área construída, no residencial Eduardo Abdelnur 45,51m² e no Jardim Zavaglia 42,52m². Em Presidente Prudente, há diferenças entre o tamanho das unidades habitacionais no Jardim João Domingos Netto em cada um de seus lotes, sendo que nos lotes 1, 3 e as unidades habitacionais possuem 43,6m² e nos lotes 2 e 5, 44,5m².

“Sim, passa o endereço e ponto de referência”. (Sakamoto)

“É onde entregou as caixas de bombom ontem. No lote verde. Qual o valor de tudo?”(Oliveira)

“14 reais. Precisa ter troco?” (Sakamoto)

“Pra 20 reais, não esquece a cebola”. (Oliveira)

“Oi, dá pra você me entregar 20,00 de carne amanhã cedo?” (Garcia)

“Oi, cada pacote é 12 reais. Pacote de meio quilo”. (Sakamoto)

“Então dá pra você então me entregar meio quilo amanhã? Se der, por favor, me entregue em torno das 10h30 ... obrigada!” (Garcia)

“Passa o endereço e ponto de referência”. (Sakamoto)

“Rua Teófilo Bratfich, 90. Moro de frente pra pracinha, aqui bem no início do bairro. Sabe aquela entrada improvisada que tem no início do bairro? Entra por ela, segue duas ruas pra frente e pronto, sai na frente da praça. Minha casa está do lado oposto da praça. Qualquer coisa me liga 99650-2XX0”. (Garcia)

“Peços de virar a cabeça. **Tenha seu material sem sair de casa**, levamos a maquininha de cartão até você. O cimento acabou? Precisam de areia, pedra, ferro, chuveiro, tubos e conexões hidráulicas, buchas, parafusos, cola madeira, mangueira, fios, tomadas, interruptores, tintas e muito mais? Aceitamos cartões e estamos sempre de portas abertas aos sábados, domingos e feriados, Luís Riga 150, próximo igreja Católica do Brasil Novo é nosso endereço. Vocês do João Domingos, Cremonuzzi, Bela Vista, Tapajós e região é fácil chegarem até a gente, sem dificuldade para estacionar. 98148-9XX9 é o nosso *WhathsApp*: orçamento, pedido e entrega”. (Construsantos, 14/11/2016 – grifos nossos)

“Bom dia!
Precisando de rações para seu animalzinho de estimação? Gaiola, Casinha, Coleiras, Brinquedos, Higiene, Petiscos. Yuri Rações tem o que seu animalzinho precisa. Ligue 3221-4445 / 99790-5904. R. Angelo Boin, 292 - Jd. Itapura 2. **ACEITAMOS CARTÕES DÉBITO E CRÉDITO. PAGUE NO CARTÃO SEM SAIR DE CASA, LEVAMOS A MAQUININHA ATÉ VOCÊ.**” (Rações, 01 de fevereiro de 2016 – grifos nossos)

Observamos que, por um lado, a possibilidade de realização de tarefas tão distintas ‘sem sair de casa’ pode facilitar o cotidiano desses moradores, especialmente quando se considera à localização dispersa na qual estes conjuntos habitacionais foram construídos. Por outro lado, esse “recolhimento do habitante no interior da casa, em grande parte o submerge no consumo de imagens e objetos aos quais podem ser acessados a partir desse interior, em virtude das redes que interligam a casa. Assim, a cidade dispersa e fragmentada está configurando as condições para a construção social da casa *búnker*³⁵” (LINDÓN, 2006, p.27). De acordo com Lindón (2006, p.24), as

³⁵ Tradução nossa de: “repliegues del habitante en el interior de la casa en buena medida lo sumergen en el consumo de imágenes y objetos a los que puede acceder desde esa interioridad, en virtud de las redes que interconectan la casa. Así, la ciudad dispersa y fragmentada está configurando las condiciones para la construcción social de la casa búnker”.

tecnologias de informação e comunicação (TIC) colaboram para configuração das casas “como ‘nós’ fortes e independentes”³⁶, ou, em uma casa *búnker*.

Consideramos que todos os elementos que integram a vida cotidiana, como o trabalho, o lazer, a habitação, são constitutivos das práticas espaciais que dão sentido aos espaços urbanos. A partir do momento em que ocorrem predominantemente no interior das habitações, há impacto negativo sobre a sociabilidade e as formas espaciais que dela se conformam, culminando em uma desconstrução da cidade, que “sem dúvida, não se produz no sentido material, mas a partir da vida social e simbólica: a vida urbana se encontra imbricada nas formas espaciais”³⁷ (LINDÓN, 2006, p.19), sendo que “o enaltecimento da casa ocorrido pela expansão da cidade termina desconstruindo a cidade”³⁸ (*idem*, p.18). Mas a participação nos grupos do *Facebook* parece estimular articulações diversas, como indicam tanto as publicações de reclamações variadas, quanto aquelas referentes à busca por soluções através de abaixo assinados, troca de informações, compra de produtos etc. A importância de tais articulações e sua potencialidade na constituição de uma associação de moradores foi reconhecida por Silvana Trevisan³⁹, responsável pelo trabalho técnico social em três lotes do João Domingos Netto, em Presidente Prudente, conforme publicou na página do grupo no *Facebook* e nos explicou em entrevista.

“Bom Dia! Algum líder de bairro ou alguém sabe de Correio? Se já estão atendendo o bairro ... já mudei o endereço das minhas correspondências, mas tenho que pegar pela Internet por não chegarem!” (Araújo, 18 de novembro de 2015)

“Até agora nada dos Correios. Eu fui lá me informar porque o CEP não constava na hora de transferir as correspondências, **eles me passaram que ainda tinha que fazer o mapeamento do bairro**, mas até agora nada” (Silva)

“As minhas estou indo todos os dias no Correio pegar, pois fica lá, se não volta tudo de onde veio” (Moreira)

“Pessoal, não é verdade que não tem o mapa. Temos um mapa no ‘Estratégia saúde da família’ com todas as ruas ... O bairro também tem CEP e se quiserem verificar está no próprio site do Correio e na cartilha que foi entregue pela Trevisan. O correio alega que não está passando porque não tem funcionários para entregar as cartas. A comissão de moradores está fazendo um abaixo assinado para entrar com um pedido para a solução da situação na promotoria pública e precisamos de vocês para ajudar a comissão de moradores. Para telegrama pago e Sedex, o Correio tem mapa??? O bairro é novo e todas as instituições precisam cadastrar os CEPs em seu sistema, instituições, lojas etc. O bairro tem CEP sim! Agora não passa Correio porque o Correio não tem funcionários para entregar as cartas. Vocês poderiam ajudar a comissão de moradores reivindicar este direito. Penso que vocês poderiam ajudar também a comissão de moradores a solicitar com urgência este serviço essencial para os moradores do JDN. Eles estão passando de

³⁶ Tradução nossa de: “como ‘nodos’ fuertes e independientes”

³⁷ Tradução nossa de: “La deconstrucción de la ciudad, sin duda, no se produce en el sentido material, sino en cuanto a la vida social y simbólica: la vida urbana se encuentra imbricada en las formas espaciales”.

³⁸ Tradução nossa de: “la entronización de la casa ocurrida por la expansión de la ciudad termina desconstruyendo la ciudad”.

³⁹ Proprietária da Agência Trevisan.

casa em casa recolhendo assinaturas dos moradores”. (Silvana Trevisan – grifos nossos)⁴⁰

[E quanto ao trabalho técnico social que realizava?] Então, explicava pra eles, sabe, dos acordos, do transporte coletivo, dos Correios, explicava pra eles que o Correio não estava previsto lá, que **ia ser uma luta mesmo, que eles precisavam se organizar, se mobilizar, foi aí que nós montamos uma associação, uma comissão de moradores.** [Assim que eles mudaram?] Assim que eles mudaram. Uma luta! Porque também ninguém quer assumir lá uma comissão de moradores, porque é muita gente, assusta! [E já está funcionando?] Está. Eles fizeram uma festa junina domingo, eles que organizaram, vieram aqui [...] Não deu, não veio o comércio, não foi lícitado?! Ah, o que nós fizemos? Sentamos com a comissão de moradores: “gente, tem que ter uma feira livre!” **Então eles lutaram por uma feira livre. Então todos os sábados tem uma feira livre lá.** [Partiu da própria comissão?] Partiu da própria comissão, que fez o pedido. [...] [E chega a ter bastante participação na comissão, ou não?] Não. **São pouquíssimas. Pouquíssimas! Até porque tem que ser na casa de um deles, não tem um espaço físico, sabe?! Não tem interesse da população também, porque como é extenso, né?! É uma cidade!** Então você precisa ter canais de comunicação. Então, às vezes, é uma parte pelo *Facebook*, outra parte com *e-mail*, outra parte com o mesmo comunicado escrito, outra parte, sabe ... talvez com carro de som. [Talvez, por ainda não ter esses espaços comuns públicos, como o posto de saúde, talvez até essa troca de informação...] Isso mesmo! Isso dificulta muito. Isso foi uma das coisas que fiz essa solicitação pra Regina⁴¹ na época. “Regina, se tivesse uma quadra, coberta, pelo menos pra ser um espaço de... já ajudaria muito”. (Silvana Trevisan, responsável pelo trabalho técnico social nos lotes 2, 3 e 5 do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto – entrevista realizada em 20/07/2016)

Nessa passagem da entrevista com Silvana Trevisan é possível reconhecer o quanto a questão espacial é importante, tanto no sentido da grande dimensão do espaço ocupado por cada um desses conjuntos habitacionais, quanto pela ausência de um espaço físico que possibilite o encontro casual entre diferentes moradores, e de espaço adequado a realização de reuniões, que a mobilização coletiva em favor da reivindicação de seus direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizamos as entrevistas realizadas com os moradores, com agentes bem informados e também postagens em páginas do *Facebook*, com o intuito de discutir as novas e velhas necessidades dos moradores de conjuntos habitacionais recentemente implantados em Presidente Prudente e São Carlos, suas práticas socioespaciais, bem como desdobramentos em relação à consciência de direitos e a produção do espaço urbano. As soluções adotadas, ora mais individuais, ora mais coletivas, para superar os problemas cotidianos, foram destacadas no texto e entendidas ora como indicadoras da insurgência de novos cidadãos (HOLSTON, 2013), ora como integrantes do processo de fragmentação socioespacial. Levando em conta as relações entre tempo e espaço, observamos que, se nos anos 1960 – 70, as periferias metropolitanas eram marcadas por um processo de segregação que, embora tenha diversos aspectos negativos, possibilitou, de modo inesperado,

⁴⁰ Mantivemos o nome de Silvana Trevisan no original devido ao fato de ser uma agente bem informada com quem realizamos entrevista, conforme já citado anteriormente.

⁴¹ Regina Penatti exerceu o cargo de Secretária de Assistência Social de janeiro de 2009 a março de 2016.

uma insurgência da cidadania, a partir do momento em que esses moradores se organizaram coletivamente e passaram a reivindicar por seu direito à saúde, educação, infraestrutura, também se reconheceram como cidadãos produtores do espaço urbano (HOLSTON, 2013). Atualmente, nas novas periferias das cidades médias que pesquisamos, embora ocorram reivindicações coletivas junto a órgãos públicos, observamos uma tendência à resolução dos problemas de maneira imediata e através do mercado, que acaba sendo paliativa, pautada em práticas individualistas, portanto, despolitizadas. Tais práticas socioespaciais geram o aprofundamento da fragmentação da vida urbana.

Consideramos que, de fato, houve no Brasil a redução das desigualdades econômicas devido às políticas sociais implantadas durante os anos em que o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve no comando do governo federal (2003 – 2016). No âmbito social, essas políticas sociais tinham como objetivo retirar a população da base da pirâmide “do nível de subsistência precário em que se encontrava, através de programas de transferência de renda (Bolsa Família) e de um conjunto de ações sociais destinadas a aumentar as oportunidades de empreendedorismo e desenvolvimento econômico” (ROLNIK, 2015, p.263). No entanto, as desigualdades se ampliaram no plano espacial. O incentivo ao consumo possibilitou às classes populares, o acesso a bens antes exclusivos de segmentos de classe média e alta, como carros, motos, casa, *smartphones* etc., mas também estimulou a resolução dos problemas cotidianos via mercado, com os desdobramentos mencionados anteriormente.

Embora os desdobramentos do Programa Minha Casa Minha Vida no cotidiano dos moradores tenham sido apenas introduzidos nesse texto, esperamos ter demonstrado o quanto a realização do “sonho da casa própria” é uma conquista, particularmente para aqueles que tiveram trajetórias pregressas marcadas por moradias irregulares e mudanças constantes, mas não é suficiente. Se não houver articulação entre a casa, os demais espaços urbanos, as práticas socioespaciais e a consciência de direitos, se intensificam os processos de fragmentação de todas as dimensões que compõem a vida urbana.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Luciana. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **FAMECOS/PUC-RS**, Porto Alegre, nº20, dezembro de 2008. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/viewFile/4829/3687>. Acessado em dezembro de 2015.
- BONDUKI, Nabil. **Notas e hipóteses sobre a evolução da habitação popular em São Paulo**. Mimeo, 1980.
- _____. **Construindo territórios de utopia: a luta pela gestão popular no desenvolvimento de projetos habitacionais**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1986.
- _____. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna. Lei do Inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **As estruturas sociais da economia**. Tradução: Maria Fernanda Oliveira. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

- CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. L. (org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, p.17-65.
- HIRATA, F. “Minha Casa Minha Vida”: política habitacional e de geração de emprego ou aprofundamento da segregação urbana? **Aurora**, Marília, ano III, n.4, julho de 2009. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/aurora>>. Acesso em: 10 dez. 2012.
- HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente**. Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LIMA, Renata Priore. **O processo e o (des)controle da expansão urbana de São Carlos (1857-1977)**. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos - Universidade de São Paulo/USP, São Carlos, 2007.
- LINDON, Alicia. El mito de la casa propia y las formas de habitar. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y ciencias sociales. Universidad de Barcelona. Vol. IX, núm. 194 (20), 1 de agosto de 2005. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-20.htm>, acessado em 08/09/2014.
- _____. La casa búnker y la deconstrucción de la ciudad. **Liminar**. Estudios Sociales y Humanísticos, vol. IV, núm. 2, diciembre, 2006, pp. 18-35, Centro de Estudios Superiores de México y Centro América México
- _____. Cotidianidades territorializadas entre la proxemia y la diastemia: ritmos espacio-temporales en un contexto de aceleración. **Educación Física y Ciencia**, año 13, 2011, pp.15-34, Departamento de Educación Física, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata.
- MAGRINI, M. A. **Vidas em enclaves**. Imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos. Presidente Prudente, 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT, Unesp.
- MAIA, Doralice Sátyro; LUCENA, Wilma Guedes. A expansão periférica e a habitação popular nas cidades do interior do território brasileiro: o processo de urbanização em cidades de distintas escalas geográficas – Campina Grande e Patos na Paraíba. In: BELLET, Carmen; Melazzo, Everaldo S.; SPOSITO, M. Encarnação B.; LLOP, Josep M. (eds.). **Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista; Lleida: Edicions de la Unversitat de Lleida, 2015.
- MARICATO, Ermínia. **Política habitacional no regime militar**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. É preciso repensar o modelo. **Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, Editora Pini, p.63, set. 2009. Disponível em: <http://www.au.pini.com.br/>. Acesso em: dez. 2012.
- NASCIMENTO, D. M.; TOSTES, S. P. Programa Minha Casa Minha Vida: a (mesma) política habitacional no Brasil. **Arquitextos**, São Paulo, jun. 2011. Disponível em:

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3936>. Acesso em: jan. 2014.

- NERI, M. **A nova classe média**: o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2011.
- PEQUENO, Renato; ROSA, Sara Vieira. Inserção urbana e segregação espacial: análise do Programa Minha Casa Minha Vida em Fortaleza. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin, RUFINO, Maria Beatriz. (orgs.). **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- POCHMANN, M. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.
- OLIVEIRA, Viviane Fernanda de. **Os sentidos da casa própria**: condomínios horizontais populares fechados e novas práticas espaciais em Presidente Prudente e São Carlos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
- ROLNIK, R. **Cada um no seu lugar**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – USP, 1991.
- _____. NAKANO, A. K. **Direito à moradia ou salvação do setor?** Folha de São Paulo, São Paulo, p.A3, 14 mar. 2009.
- _____. et al. **Como produzir moradia bem localizada com recursos do programa minha casa minha vida?**: implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade. Brasília: Ministério das Cidades.
- _____. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.
- RUFINO, Maria Beatriz Cruz. Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin, RUFINO, Maria Beatriz. (orgs.). **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- SARAVÍ, G. A. Mundos aislados: segregación urbana y desigualdad en la ciudad de México. **Revista Eure**, v.XXXIV, n.103, p.93-110, dic. 2008.
- SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. Belo Horizonte: Editora c/ arte, 2012.
- _____, LOPES, João Marcos de Almeida. Projeto e produção da habitação na região central do estado de São Paulo: condições e contradições do PMCMV. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin, RUFINO, Maria Beatriz. (orgs.). **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2. Ed. Belo Horizonte: Edufmg, 2012.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. **Espaços fechados e cidades**: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora da Unesp, 2013.

VALLADARES, Licia do Prado. Estudos recentes sobre a habitação no Brasil: resenha da literatura. In: VALLADARES, Licia do Prado (org.). **Repensando a habitação no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, Studio Nobel, 2001.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.